



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE LETRAS

**O USO DOS RELATÓRIOS DA PROVA BRASIL EM TRÊS
MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI E SUAS INTERFERÊNCIAS
NO ENSINO DA COMPREENSÃO LEITORA**

Jéssica Martins da Silva

Lajeado, junho de 2018



O USO DOS RELATÓRIOS DA PROVA BRASIL EM TRÊS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI E SUAS INTERFERÊNCIAS NO ENSINO DA COMPREENSÃO LEITORA

Jéssica Martins da Silva¹

Kári Lúcia Forneck²

Resumo: Nos últimos anos, o cenário educacional do país vem nos preocupando. No intuito de amenizar essa situação, é tarefa de gestores e professores proporcionar um serviço de qualidade nessa área. Nesse sentido, propomos as reflexões aqui apresentadas que têm como objetivo analisar como as gestões municipais, no âmbito macro, e as gestões escolares, no âmbito micro, lidam com os resultados da Prova Brasil, e verificar se são feitas melhorias, no ensino da leitura, a partir do relatório de resultados de desempenho nessa prova. Para isso, utilizamos os relatórios da Prova Brasil como objeto de pesquisa, a fim de analisar se as gestões utilizam este importante documento nos seus planejamentos e formações de professores. O artigo traz o aporte teórico utilizado para o estudo, o resultado de entrevistas feitas com os professores e gestores das redes públicas dos três municípios, bem como a análise dos resultados dessas entrevistas. Como resultado, reconhecemos que uma gestão que faz uso dos relatórios da Prova Brasil pode obter um melhor aproveitamento da aprendizagem da compreensão leitora.

Palavras-chave: Prova Brasil. Compreensão leitora. Relatórios de resultados. Gestão da educação.

Introdução

Os exames de abrangência nacional a que os estudantes da educação básica são submetidos têm como objetivo mensurar a qualidade do ensino no país. Pensando por esse viés, os relatórios de resultados da Prova Brasil são de grande importância e servem como uma fonte significativa de informações.

Considerando os impactos de uma gestão que valoriza o aproveitamento dos relatórios dos resultados das avaliações a que são submetidos os estudantes, assume-se como pergunta-problema: Que tipo de uso as Secretarias Municipais da Educação e as escolas fazem dos relatórios de resultados da Prova Brasil? A reflexão sobre essa questão leva-nos a outras: Melhorias são implementadas a partir desses resultados? Se sim, por que essas melhorias não impactam nos resultados no Índice de Desenvolvimento

¹ CursodeLetras. jessicatk10@yahoo.com.br

² Orientadora. Doutorado em Letras. kari@univates.br

da Educação Básica (Ideb)? Se não, o que pode ser feito para promover melhor uso desses dados? Pensando nisso, o presente artigo tem como objetivo analisar como as gestões municipais, no âmbito macro, e as gestões escolares, no âmbito micro, lidam com os resultados da Prova Brasil, e verificar se são feitas melhorias, no ensino da leitura, a partir do relatório de resultados de desempenho nessa prova.

Além disso, o artigo tem como objetivo apresentar os resultados da análise dos relatórios da Prova Brasil de três municípios. Também os resultados da análise de como as secretarias municipais de educação utilizam esses relatórios e ainda os resultados das entrevistas com gestores da área da educação e professores de Português. E por fim as análises de como gerenciam esses relatórios e se, a partir deles, buscam melhorias para o ensino de Língua Portuguesa.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, tínhamos como hipótese a premissa de que os relatórios disponíveis nos exames nacionais de avaliação são importantes ferramentas que indicam um recorte da realidade do ensino de leitura nas escolas. Outra hipótese era que os resultados da Prova Brasil poderiam ser levados em consideração para a implementação de melhorias no ensino da leitura. Além disso, acreditávamos que a gestão pública e escolar pode influenciar no resultado do Ideb do município, se gestores aproveitassem o material de que dispõem e refletissem, juntamente aos professores, sobre o desempenho dos estudantes nas escolas, promovendo ações que impactem no ensino da leitura com qualidade. Como veremos ao longo deste texto, essas hipóteses são confirmadas, pois se evidenciou que para o município obter um melhor resultado necessita de uma gestão que reconheça a importância da Prova e que busque utilizar os descritores em seus planos de ensino.

O texto compõe-se de fundamentação teórica, em que são abordados os conceitos de Gestão Pública Escolar e de Avaliação Nacional de Rendimento Escolar, conhecida como Prova Brasil. Além disso, na referida seção, são abordados alguns referenciais teóricos acerca das concepções de leitura, que subjazem à estruturação da prova. Num segundo momento, serão apresentadas as análises dos resultados da Prova Brasil nas cidades em

questão e, serão apresentadas as entrevistas com gestores e professores de Língua Portuguesa, seguidas da análise dos resultados das entrevistas. Por fim, tecem-se as ações de melhorias propostas para o trabalho pedagógico, tratando da gestão dos processos de uso dos relatórios nas aulas de Língua Portuguesa.

1 Dialogando sobre gestão pedagógica e escolar, compreensão leitora e seu método de avaliação na Prova Brasil

Dialogar sobre gestão pedagógica faz com que se problematize e, conseqüentemente, se busque melhorias para as metodologias de ensino. Tendo em vista isso, as considerações apresentadas nessa seção serão voltadas tanto para a gestão quanto para a avaliação das habilidades de leitura em âmbito nacional por meio da Prova Brasil.

1.1 O que pode garantir a formação de cidadãos e qual é o papel da compreensão leitora nesse processo?

Investimentos na formação educacional dos indivíduos e a designação de aptidões e habilidades pessoais natas ou adquiridas pela aprendizagem são algumas das conceituações do termo “capital humano”. Essa abordagem conceitual entende que, se houver investimento na formação pessoal, a produtividade dos trabalhadores tende a melhorar, o que pode acarretar, por exemplo, no crescimento econômico de um país.

Sobre a formação de capital humano, Pereira e Lopes (2014, p. 12) asseguram a importância de investimentos consistentes na educação:

[...] devemos considerar não apenas a educação formal, mas todo tipo de educação que pode agregar o trabalho de um indivíduo. Sendo assim, quando um país tem uma sociedade instruída e treinada, conseqüentemente, temos uma melhoria no fator trabalho. Com uma população com alto potencial produtivo, tendo em vista o aspecto qualitativo do trabalho. Esses indivíduos terão uma renda mais elevada, porque estão produzindo com qualidade, e são mais capacitados para o mercado de trabalho.

Ao entendermos o papel fundamental que a educação tem na vida dos indivíduos, podemos considerar que, para o investimento no capital humano, as gestões públicas precisam entender esse custo como investimento. Segundo Pereira e Lopes (2014, p. 14), “se por um lado os indivíduos ganham conhecimentos e obtêm valores através da educação, por outro, eles melhoram seu potencial produtivo através dos saberes obtidos na escola”.

Entre os saberes e valores alcançados por uma educação de qualidade, podemos mencionar a habilidade de compreensão leitora. Uma vez desenvolvida na escola, o aluno terá uma maior visão de mundo e, conseqüentemente, terá melhores percepções em sua vida escolar, social e profissional.

Na presente pesquisa, o fato de analisarmos as interferências dos resultados da Prova Brasil na descoberta de dificuldades na compreensão leitora dos alunos na Educação Básica se dá pela incontestável importância dessa habilidade na avaliação. Segundo Goodman (1976), a leitura é uma atividade de reconstrução do texto a partir das pistas que o escritor dá. O autor destaca, ainda, a importância do objetivo do leitor, sua cultura social, seus conhecimentos prévios e os esquemas linguísticos desencadeados no ato da leitura.

Com base nessa perspectiva, podemos afirmar que, se diferentes indivíduos lerem um mesmo texto, cada um poderá ter tipos diferentes de compreensão daquela leitura, visto que as vivências e o conhecimento de mundo de cada sujeito interferem no entendimento do que está lendo. Coscarelli (1996) concorda que os conhecimentos prévios são importantes para a compreensão leitora:

Existe uma outra subparte da leitura em que é feita a integração das informações do texto aos conhecimentos prévios do leitor. É preciso que o leitor seja capaz de analisar o que ele leu comparando as informações do texto com o seu conhecimento de mundo. É nesse domínio que o leitor vai perceber as semelhanças e diferenças entre um texto já lido e o que acabou de ler; é aqui que ele vai adquirir mais informações ou modificar as informações que ele já possui sobre um determinado assunto (COSCARELLI, 1996. p, 6).

A autora reitera que o que se espera de um leitor proficiente é a capacidade de usar seus conhecimentos prévios para analisar criticamente o que é lido, para então reestruturar o que ele já sabe sobre aquele assunto.

Ainda sobre a compreensão leitora, podemos entender que a elaboração progressiva de representações mentais das informações apresentadas no texto de maneira com que os objetivos do autor sejam atingidos implica o entendimento e a compreensão proficiente do que foi lido (MORAIS, 2013). Para isso, ler um texto a fim de compreendê-lo completamente exige a capacidade de integrar a informação lida a um nível mais abstrato e não somente decodificar as palavras que são lidas.

Segundo Solé (1998), é preciso considerar que, quando a leitura envolve a compreensão, ler torna-se um instrumento útil para aprender significativamente. A leitura tem o poder de aproximar o indivíduo da cultura e contribui para que o indivíduo se constitua como cidadão. Sendo assim, devemos considerar que os processos de leitura e suas habilidades são fatores de suma importância para o desenvolvimento do capital humano, uma vez que indivíduos com capacidade de se expressar e compreender os sentidos das leituras têm maiores chances de obter resultados satisfatórios, posteriormente, na vida profissional.

1.2 Como se avalia o desenvolvimento das habilidades de leitura em âmbito nacional?

A necessidade em mensurar a qualidade do ensino básico no Brasil tornou-se importante para que possamos refletir sobre a própria escola e detectar suas fragilidades. Pensando nisso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação, tem como função a formulação de políticas educacionais nos diferentes níveis de governo. Criado em 1937, o Inep vem realizando “levantamentos estatísticos e teve como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais” (INEP, 2017, texto digital). Com

base nesse objetivo, o Inep atua na elaboração e organização de exames indicadores da qualidade da educação, incluindo o Ideb.

O Ideb é um indicador divulgado a cada dois anos, com a finalidade de acompanhar o alcance das metas da educação. Criado em 2007, a nota do Ideb é composta pela combinação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Brasileira (SAEB) e do Censo Escolar. O Saeb, por sua vez, é o responsável pelas aplicações da Prova Brasil:

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, instituído em 1990, é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala e tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado (INEP, 2017, texto digital).

A partir do ano de 2005, o Saeb passou a compor três avaliações, sendo uma delas a Prova Brasil, “criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas” (INEP, 2017, texto digital). A Prova Brasil avalia habilidades diversas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo que, em Língua Portuguesa, são avaliadas as habilidades de leitura e, em Matemática, a resolução de problemas.

Em Língua Portuguesa, que é foco desta pesquisa, a avaliação é dividida em seis blocos de conteúdos. São eles: “procedimentos de leitura; implicação do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto; relação entre textos; coerência e coesão no processamento do texto; relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido e variação linguística” (PAULA, 2014, p. 20).

A seguir, apresentamos, resumidamente, cada um desses blocos:

a) Procedimentos de leitura:

O bloco “Procedimentos de Leitura” compreende os descritores: D1 – localizar informações explícitas no texto; D3 – inferir o sentido de uma palavra ou expressão; D4 – inferir uma informação implícita no texto; D6 – identificar o tema de um texto; D11 – distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.

Como podemos ver, nesse bloco de descritores são consideradas as competências básicas de leitura. O aluno deverá localizar informações explícitas no texto, inferir informações implícitas presentes no texto e distinguir fatos de opiniões sobre os fatos.

b) Implicações do suporte, do gênero e/ou enunciador na compreensão do texto

Este bloco compreende os descritores: D5 - interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto, etc) e D9 - Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

Nesse conjunto de descritores, são consideradas as competências de análise da linguagem verbal e não-verbal e as competências de reconhecimento de diferentes gêneros textuais.

c) Relação entre textos

Este bloco compreende o descritor D15 - reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

Neste bloco, é considerada a capacidade de diferir diferentes ideias em dois textos. A crítica, a reflexão e a conexão de ideias semelhantes em textos diferentes são fundamentais para que o aluno analise os diferentes modos de tratamentos dados a um tema.

d) Coerência e coesão no processamento do texto

Compreende os descritores: D2 – estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto; D7 – identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa; D8 – estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto; e D12 – estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.

Neste bloco, a competência avaliada será a capacidade de o aluno identificar a linha de coerência do texto lido. O aluno deverá compreender que o texto não é uma junção de frases justapostas, mas sim um conjunto de ideias articuladas entre si, formando cadeias de sentido.

e) Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido

Compreende os descritores: D13 – identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados; e D14 – identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.

Nesse bloco, o uso de recursos expressivos possibilita uma leitura para além dos elementos superficiais do texto e auxilia o leitor na construção de novos significados. Nesse sentido, o conhecimento de diferentes gêneros textuais proporciona ao leitor o desenvolvimento de estratégias de antecipação de informações que o levam à construção de significados (BRASIL, MEC, 2011, texto digital).

f) Variação linguística

Compreende o Descritor 10 – identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

Neste bloco, o aluno deverá perceber as variações das línguas como um processo natural e adequar-se às situações daquele contexto.

1.3 Quem deve lidar com os relatórios?

Um exame de amplitude nacional é de grande relevância para a avaliação do ensino básico, pois a partir dele pode-se averiguar o nível de proficiência dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A partir disso, é possível determinar o que pode ser aprimorado, mantido ou substituído no que diz respeito às metodologias de ensino.

O exame em questão consiste basicamente em duas fases: a aplicação e a divulgação dos resultados. No portal do MEC, podemos acessar os

resultados por municípios e escolas. Além disso, os relatórios de resultados são disponibilizados para os setores responsáveis de cada município.

As escolas participantes recebem boletim de desempenho com os resultados das séries avaliadas. Os resultados de cada unidade escolar são liberados para consulta pela internet, na página eletrônica do Inep. Como o alvo da avaliação é a unidade de ensino, não são divulgados resultados ou emitidos certificados de desempenho individual dos estudantes. As escolas que participam da Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica) não recebem resultados por unidade de ensino, mas as notas contribuem para gerar os resultados agregados por dependência, município, estado e Brasil (BRASIL, MEC, 2017, texto digital).

Sendo assim, podemos evidenciar que as administrações públicas, por meio de suas Secretarias da Educação, recebem os relatórios com os resultados do exame. Tais relatórios podem servir de subsídio aos gestores e professores para a proposição de planos de ação junto às gestões escolares, para a constante melhoria dos resultados.

Feitas tais considerações, surgem, ainda, os seguintes questionamentos: afinal, quais são as atribuições da Gestão Pública nesse processo? O que compete, especificamente, aos gestores e aos professores das escolas? Sendo assim, a seguir, apresentamos a composição e as atribuições de cada uma dessas esferas educacionais.

1.4 O que compete a Gestão Pública da Educação?

Sabendo que as gestões públicas da educação se dividem entre os âmbitos municipal e estadual, cabe aos gestores dessas esferas gerenciar os recursos públicos e atribuir os investimentos na educação de maneira eficiente, para que haja evolução nos processos educacionais.

A fim de aprofundar a discussão nesse sentido, é preciso compreender que grande parte das escolas que possuem Ensino Fundamental e Médio é de competência do Estado. Já as escolas da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental são de competência dos municípios. É o que prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (BRASIL, 1996).

Quando ocorre uma boa gestão dos municípios (Secretarias da Educação) e estes se valem dos recursos dos quais dispõem, como os relatórios de resultados da Prova Brasil, mencionados ao longo deste artigo, para propor melhorias no próprio sistema de ensino, podemos dizer que há um investimento em capital humano. Utilizar o resultado do exame como fonte de melhorias na compreensão leitora é só um exemplo do que pode ser feito para que o ensino tenha uma melhoria considerável.

Uma vez que a Secretaria da Educação tem a ciência do significado da aplicação desses exames, o devido uso é consequência. Estudar os resultados, dialogar com os professores e traçar um planejamento almejando melhores resultados nos próximos anos são medidas simples, mas que gerariam resultados expressivos.

1.5 O que compete a Gestão Escolar?

Quando falamos sobre educação, nos remetemos a uma série de lembranças de nossas experiências e da nossa vida escolar. A escola geralmente é o primeiro lugar em que vivenciamos o mundo, aprendemos a conviver em sociedade e a interagir com os vários saberes. Notoriamente, o espaço escolar é um local de organização e de sistemas estabelecidos para que o aluno tenha o aproveitamento adequado e esperado, atingindo os objetivos estipulados em cada etapa de escolarização.

Para isso, a organização escolar precisa adotar estratégias de gestão que possam garantir e atender os objetivos estipulados pela comunidade escolar. Tais estratégias derivam das práticas da administração de empresas. São elas: generalidade, racionalidade e eficiência. Na perspectiva da gestão escolar, adota-se a ideia de que o diretor é quem está na liderança e a serviço da comunidade escolar; já os supervisores, os orientadores e os professores são os detentores de conhecimentos específicos. Portanto, se esses setores trabalharem em conjunto, certamente os resultados esperados ao final de cada ano letivo serão alcançados (HORA, 1997).

Para Rosa (2016), a gestão escolar deveria desempenhar uma função de mediação entre a administração da escola e a inclusão da comunidade escolar, a união entre escola e família só gera benefícios na formação do aluno.

A autonomia da gestão escolar se refere à consciente administração dos recursos financeiros, a decisões e a práticas pedagógicas, bem como à flexibilização dos currículos para o alcance de temas do interesse da comunidade escolar. Para que o processo de gestão escolar seja inteiramente efetivo, a participação da família no cotidiano escolar é de suma importância. Acerca disso, Paro (1998, p.6) afirma que:

Até para que a escola possa bem desempenhar sua função de levar o aluno a aprender, ela precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de conseguir a adesão da família para sua tarefa de levar os educandos a

desenvolverem atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar.

Com isso, podemos entender que a gestão escolar, primeiramente, é composta de colaboradores com conhecimentos específicos para o bom funcionamento da escola. Além disso, a gestão escolar envolve a autonomia para uma consciente administração e a abertura para a efetiva participação das famílias no que diz respeito ao aprender e ao estudar. Ademais, há o entendimento de que um clima organizacional adequado e boas relações entre gestores, professores e alunos é imprescindível para uma boa gestão.

Tomando como base a composição e a função das gestões pública e escolar, conforme mencionado anteriormente, podemos salientar que esses setores têm a responsabilidade em gerir os relatórios de resultados das Provas Brasil. Tendo em vista que os relatórios trazem informações sobre a realidade dos alunos, poderia ser desenvolvido um plano de ação voltado para minimizar dificuldades que eles possam apresentar. Dessa forma, o trabalho voltado para tais relatórios poderia impactar positivamente na efetivação de um trabalho significativo do professor e, conseqüentemente, no aprendizado dos alunos.

2 Verificando, na prática, a utilização dos relatórios de resultados da Prova Brasil

A presente seção mensurará o resultado dos alunos de 9º anos das escolas municipais de três municípios do Vale do Taquari, aqui intitulados de Município A, Município B e Município C, na Prova Brasil aplicada no ano de 2015. Em seguida, será apresentada a análise de entrevistas feitas com gestores e professores desses municípios, visando questioná-los sobre o uso dos relatórios de resultados da Prova Brasil. Posteriormente, será elaborada uma proposta de ação a ser desenvolvida nos municípios analisados. Com o retorno das análises e dos resultados obtidos por este estudo às gestões e aos professores dos municípios analisados, entendemos que ações específicas poderão ser desenvolvidas, especialmente no que se refere à habilidade de compreensão leitora.

Quanto aos municípios que farão o *corpus* de investigação, convém mencionar algumas informações:

a. Município A

Município situado a 100 km da capital Porto Alegre, tendo como área 84.50 km². Possui boas condições de acesso, pois é cortado pela BR 386. O município tem uma população de 4.194 habitantes, segundo o Censo de 2017. Possui formação étnica açoriana, que trouxe consigo as culturas africana e alemã. Na área da economia, o setor do agronegócio corresponde 79% da matriz econômica da cidade. Na área da educação, o município conta com três escolas de Ensino Fundamental e uma de Educação Infantil, as quais atendem um grupo de 680 alunos no total.

b. Município B

O Município B é situado a 74 km da capital Porto Alegre e tem 94.755 km² de área. Com boas condições de acesso, a cidade situa-se próximo às rodovias RS 287 e BR 386. Conforme Censo de 2017, o município possui 4.526 habitantes. Sua formação étnica é açoriana, alemã e italiana. Na área da economia, a produção primária é responsável por 68% no total da matriz econômica do município, sendo que 15% compreende o setor aviário, 64% a silvicultura e 21% as demais culturas. Na área da educação, o município conta com três escolas de Educação Infantil e seis de Ensino Fundamental.

c. Município C

O Município C, por sua vez, situa-se a 100 km da capital Porto Alegre. Possui área de 350 km² e o acesso se dá pela RS 287 e pela ERS 436. O município possui uma população de 27.207 habitantes, segundo o Censo 2017. Sua formação étnica é açoriana. A economia do município gira em torno das atividades de serviços (57%); agricultura (11%); e indústria (32%). Na área da educação, o município conta com seis escolas de Educação infantil e sete escolas de Ensino Fundamental.

2.1 Análise dos resultados da Prova Brasil nos três municípios pesquisados

A Prova Brasil que foi aplicada no ano de 2015 em todo o território nacional teve seus resultados divulgados no mês de Julho de 2016. Com os resultados devidamente apresentados por escola, os municípios poderiam ter elaborado um diagnóstico oficial de resultados por município. Sabendo disso, partimos em busca desses relatórios nas três gestões municipais pesquisadas, porém nenhuma dessas gestões tinha conhecimento sobre esse relatório de resultados por município e, sim, apenas sobre o relatório de resultados por escola (disponibilizado no site do INEP). Com isso, os resultados serão aqui apresentados por município, sendo uma média feita a partir das escolas participantes do exame.

Para alunos do 9º ano (grupo analisado nessa pesquisa), os resultados apresentados no portal do Inep são divididos em nove níveis, conforme a tabela 1:

Tabela 1 – Níveis de desempenho na Prova Brasil

Nível 0	Desempenho abaixo do nível 1, não sendo capaz de reconhecer expressões características da linguagem jornalística ou científica e a relação entre expressão e seu referente. Não é capaz de inferir o efeito de sentido de expressão e opinião em textos.
Nível 1	O aluno é capaz de reconhecer expressões características da linguagem jornalística ou científica e a relação entre expressão e seu referente. É capaz de inferir o efeito de sentido de expressão e opinião em textos.
Nível 2	Além das habilidades anteriormente citadas, o aluno é capaz de localizar informações explícitas no texto. Identificar tema e assuntos em poemas e charges, relacionando elementos verbais e não verbais. Reconhecer sentido estabelecido pelo uso de expressões, pontuação e de conjunções em poemas e charges. Reconhecer relações de causa e consequência e características de personagens.
Nível 3	Além das habilidades anteriormente citadas, o aluno é capaz de reconhecer relação entre pronomes e seus referentes. Interpretar o sentido de conjunções, de advérbios, e as relações entre elementos verbais e não verbais em tirinhas. Comparar textos de gêneros

	diferentes que abordem o mesmo tema. Inferir tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas.
Nível 4	Além das habilidades anteriormente citadas, o aluno é capaz de identificar finalidade e elementos da narrativa em contos e fábulas. Reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo assunto em reportagens e enquetes. Reconhecer o sentido de expressão e de variantes linguísticas em letras de música e tirinhas. Inferir o efeito de sentido da pontuação e da polissemia como recurso para estabelecer humor ou ironia em tirinhas, anedotas e contos.
Nível 5	Além das habilidades anteriormente citadas, o aluno é capaz de localizar a informação principal em reportagens. Identificar a ideia principal e finalidade de reportagens e notícias. Reconhecer argumentos e opiniões em notícias e artigos de opinião. Diferenciar abordagem do mesmo tema em textos de gêneros distintos. Inferir informações em contos, crônicas, notícias e charges. Inferir sentido de palavras, da repetição de palavras, de expressão, de linguagem verbal e não verbal e de pontuação.
Nível 6	Além das habilidades anteriormente citadas, o aluno é capaz de identificar argumentos em reportagens e crônicas. Reconhecer diferentes opiniões entre cartas de leitor que abordem o mesmo tema. Reconhecer a relação de sentido estabelecida por conjunções em crônicas, contos e cordéis. Diferenciar fato de opinião em artigos e reportagens.
Nível 7	Além das habilidades anteriormente citadas, o aluno é capaz de localizar ideia principal e expressão que causa humor em contos, crônicas e artigos de opinião. Identificar variantes linguísticas em letras de músicas. Reconhecer a finalidade e a relação de sentido estabelecida por conjunções em lendas e crônicas.
Nível 8	Além das habilidades anteriormente citadas, o aluno é capaz de localizar a ideia principal em manuais, reportagens, artigos e teses. Identificar os elementos da narrativa em contos e crônicas. Diferenciar fatos e opiniões e opiniões diferentes em artigos e notícias. Inferir o sentido de palavras em poemas.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Portal do MEC (texto digital).

Resultado obtido pelo Município A

Em relação ao Município A, de acordo com o Boletim de Desempenho disponível no site do MEC, a taxa de participação dos alunos foi de 97,3%, o que corresponde a 48 alunos. Na tabela 2, a seguir, apresentamos mais informações sobre o desempenho desses alunos na prova:

Tabela 2 – Desempenho dos alunos do Município A na Prova Brasil.

Distribuição Percentual dos Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência - Língua Portuguesa	
Nível 0	8,35%
Nível 1	6,0%
Nível 2	21,22%
Nível 3	43,57%
Nível 4	10,52%
Nível 5	6,17%
Nível 6	2,17%
Nível 7	2,0%
Nível 8	0,0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Portal do MEC (texto digital).

Em síntese, a tabela nos mostra que uma porcentagem significativa dos alunos está nos níveis 2, 3 e 4. Isso revela que os alunos não conseguem reconhecer argumentos e opiniões, nem diferenciar abordagens de um mesmo tema em gêneros distintos. A habilidade de inferência também não foi desenvolvida neste grande grupo. Temos, ainda, uma média de 4,7% dos alunos distribuídos entre os três últimos níveis, o que corresponde a um número baixíssimo de alunos com habilidades em reconhecer a finalidade e a

relação de sentido estabelecida por conjunções e habilidades em diferenciar fatos de opiniões, por exemplo.

Resultado obtido pelo Município B

Já em relação ao Município B, também conforme Boletim de Desempenho disponível no site do MEC, a taxa de participação dos alunos foi de 85%, o que corresponde a 27 alunos. Na tabela 3, a seguir, apresentamos mais informações sobre o desempenho desses alunos na prova:

Tabela 3 – Desempenho dos alunos do Município B na Prova Brasil.

Distribuição Percentual dos Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência - Língua Portuguesa	
Nível 0	0,0%
Nível 1	0,0%
Nível 2	29,41%
Nível 3	23,53%
Nível 4	23,53%
Nível 5	11,76%
Nível 6	11,76%
Nível 7	0,0%
Nível 8	0,0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Portal do MEC (texto digital).

Os resultados obtidos pelo município B evidenciam um ensino que não consegue chegar aos níveis mais elevados de desempenho em compreensão leitora. Embora não tenha percentuais de alunos nos níveis 0 e 1 (o que já se difere do Município A), o Município B tem todos os seus alunos de séries finais do Ensino Fundamental na faixa média do nivelamento da Prova Brasil. O nível

7, que corresponde, por exemplo, às habilidades de identificar variantes linguísticas em letras de músicas e localizar expressão que causa humor em contos ou crônicas, não foi alcançado pelos alunos. Evidenciamos que a grande maioria dos alunos engloba os níveis 2, 3 e 4, ou seja, são capazes de comparar textos de gêneros diferentes que abordem o mesmo tema, inferindo tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas, por exemplo, mas não conseguem reconhecer a diferença entre fatos e opiniões e opiniões diferentes em artigos e notícias.

Resultado obtido pelo Município C

O Município C, por sua vez, teve a taxa de participação dos alunos 84,89%, correspondendo a 72 alunos. Na tabela 4, a seguir, apresentamos mais informações sobre o desempenho desses alunos na prova:

Tabela 4 – Desempenho do Município C na Prova Brasil.

Distribuição Percentual dos Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência - Língua Portuguesa	
Nível 0	21,15%
Nível 1	5,02%
Nível 2	38,35%
Nível 3	24,37%
Nível 4	0,0%
Nível 5	6,09%
Nível 6	5,02%
Nível 7	0,0%
Nível 8	0,0%

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Portal do MEC (texto digital).

Os resultados obtidos pelo Município C revelam a deficiência dos alunos em reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo assunto em gêneros textuais como reportagens, aptidão presente no Nível 4. Uma porcentagem significativa se encontra ainda no nível 0, ou seja, os alunos nesse nível não são capazes de reconhecer características de gêneros como o jornalístico e científico. Os níveis 2 e 3 abrangem a grande maioria dos alunos das séries finais do Ensino Fundamental do Municípios C, ou seja, são alunos que não desenvolveram nem as habilidades medianas, como identificar finalidade de elementos da narrativa em fábulas e contos ou inferir informações em crônicas, notícias ou charges. Os dois últimos níveis, que correspondem aos mais avançados, não obtiveram nenhuma porcentagem computada. Os alunos não alcançam habilidades como localizar ideia principal e expressão que causa humor em contos, crônicas ou localizar a ideia principal em manuais, reportagens e artigos.

2.2 Análise das respostas dadas às entrevistas realizadas com gestores e professores

Após tomarmos ciência dos resultados desses municípios no exame, decidiu-se entrevistar gestores e professores das redes municipais de ensino. As entrevistas foram realizadas com três gestores municipais da educação, sendo um de cada município, e com 20 professores de Língua Portuguesa, sendo 4 do Município A, doravante chamados de Professor 1; Professor 2; Professor 3 e Professor 4. 5 do Município B, doravante chamados de Professor 1; Professor 2; Professor 3; Professor 4 e Professor 5. E 11 do Município C, doravante chamados de Professor 1; Professor 2; Professor 3; Professor 4; Professor 5; Professor 6; Professor 7; Professor 8; Professor 9; Professor 10 e Professor 11.

As entrevistas foram devidamente autorizadas por todos os participantes, conforme Termos de Consentimento. Vale referir que tais entrevistas foram realizadas pessoalmente, de forma oral, cujo conteúdo foi, posteriormente, transcrito.

2.2.1 Análise da entrevista com Gestores Municipais da Educação

Ao compararmos as respostas dos três gestores entrevistados, podemos perceber os diferentes modos de gestão aplicados em cada município. O gestor do Município A se mostrou ciente dos resultados e do posicionamento dos professores da rede pública em relação a isso. Também evidenciou que os planos de ensino do município foram recentemente atualizados. Como mostra a tabela abaixo:

Tabela 5 – Entrevista com Gestor – Município A

1) Você sabe como são disponibilizados os resultados do desempenho dos alunos na Prova Brasil em seu município? Você tem acesso a esses resultados?

São disponibilizados na internet, no site do INEP.

2) Em relação aos relatórios da Prova Brasil, as habilidades avaliadas nas provas constam nos planos de ensino?

As habilidades da Prova Brasil já são pensadas para o desenvolvimento da compreensão leitora do aluno. Nossos planos de ensino foram atualizados recentemente e também está voltado a isso, portanto mesmo sem a pretensão de “copiar” as habilidades da Prova, os dois (Prova e planos) acabam sendo parecidos.

3) Uma vez ciente do desempenho dos alunos na Prova Brasil, o que é feito em termos de gestão de resultados?

Confesso que nós como Secretaria da Educação não conversamos sobre os resultados, porém os professores, sim. Eles geralmente entre si comentam sobre o resultado da Prova e dentro das suas possibilidades trabalham em cima daquilo que não foi alcançado no exame.

4) Como se dão as formações pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino?

Buscamos organizar 3 formações por ano letivo.

Fonte: Elaborado pela autora.

O gestor do Município B se mostrou em dúvida quanto aos planos de ensino englobarem alguns dos descritores presentes na Prova Brasil. Além disso, assumiu que as formações de professores essa temática, tanto em relação aos descritores avaliados, quanto em relação ao desempenho dos estudantes, não é abordada.

Tabela 6 – Entrevista com Gestor – Município B

1) Você sabe como são disponibilizados os resultados do desempenho dos alunos na Prova Brasil em seu município? Você tem acesso a esses resultados?

São disponibilizados na internet, no site do INEP. Temos acesso a esses resultados.

2) Em relação aos relatórios da Prova Brasil, as habilidades avaliadas nas provas constam nos planos de ensino?

Nossos planos de ensino são voltados à aprendizagem do aluno em todos os âmbitos. Acho que eles estão de acordo com o que é pedido na Prova Brasil.

3) Uma vez ciente do desempenho dos alunos na Prova Brasil, o que é feito em termos de gestão de resultados?

Não falamos sobre os resultados em nossas formações, por exemplo. É até uma boa ideia. Eu só ouço os professores comentando sobre os resultados.

4) Como se dão as formações pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino?

Geralmente fazemos duas formações por ano letivo.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Gestor do município C demonstra dúvida sobre qual relatório de resultados é perguntado. Isso nos leva a entender uma das causas para o baixo rendimento dos alunos da rede municipal de ensino e, conseqüentemente, que não é feito nenhum trabalho no sentido de usar os resultados do relatório para promover melhorias em sala de aula. Ao articular esse fato com os resultados da prova, evidencia-se que os alunos não conseguem alcançar nem ao menos os níveis médios do exame e percentuais 0% nos níveis mais elevados. Assim, pode-se perceber que o baixo desempenho dos estudantes pode ser uma consequência do pouco engajamento do Gestor com os resultados das provas.

O referido Gestor também garantiu que os planos de aulas são adequados a cada resultado de prova. Contudo, caso assim fosse, os resultados na Prova Brasil não seriam tão baixos.

Tabela 7 – Entrevista com Gestor – Município C

1) Você sabe como são disponibilizados os resultados do desempenho dos alunos na Prova Brasil em seu município? Você tem acesso a esses resultados?

O resultado que tem na internet? Sim, a gente acessa na internet o relatório e vê o desempenho dos alunos do nosso município.

2) Em relação aos relatórios da Prova Brasil, as habilidades avaliadas nas provas constam nos planos de ensino?

Sim, buscamos sempre adequar os planos de aulas com o que é cobrado do aluno dentro e fora dos portões da escola.

3) Uma vez ciente do desempenho dos alunos na Prova Brasil, o que é feito em termos de gestão de resultados?

Usamos geralmente nessa adequação de planos de aulas.

4) Como se dão as formações pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino?

Temos no mínimo três formações pedagógicas por ano com os professores da rede municipal. Nelas discutimos assuntos atuais e importantes do meio educacional.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2.2 Análise das entrevistas com professores

As entrevistas foram feitas com todos os professores de Língua Portuguesa das redes municipais de ensino dos três municípios pesquisados. Os questionários foram elaborados a fim de analisar o conhecimento que o professor tem sobre a avaliação feita por meio da Prova Brasil e se os planos de ensino abarcam os descritores que aparecem no exame. Faremos a análise das entrevistas por pergunta.

Município A

O Município A conta com quatro professores de Língua Portuguesa.

Com relação à pergunta 1, que correspondeu ao seguinte questionamento: *“Você sabe como são disponibilizados os resultados do desempenho dos alunos na Prova Brasil em seu município? Você tem acesso a esses resultados?”*, evidenciamos que os professores foram unânimes em indicar que acessam os resultados disponibilizados na internet.

A pergunta 2 correspondeu ao questionamento: *“Uma vez ciente do desempenho dos alunos na Prova Brasil, você busca adequar suas aulas às habilidades requeridas nessa prova?”*. Dos quatro professores entrevistados, todos mencionaram que suas aulas já são elaboradas de acordo com o que é cobrado nas provas, como se pode ver na resposta do Professor 1” *Eu elaboro*

minhas aulas de acordo com o que é cobrado na Prova". E também na resposta do Professor 4 *"Eu sempre uso as Provas Brasil como parâmetro para as minhas aulas"*.

Já a pergunta 3 foi: *"Em relação aos relatórios da Prova Brasil, o que é cobrado nas provas consta nos planos de ensino?"*. Dos quatro professores entrevistados, todos mencionaram que, após a adequação dos planos de aula do município, os descritores da Prova Brasil aparecem nos planos, como se pode ver na resposta do Professor 2 *"Os planos de ensino foram adequados esse ano. Eram muito antigos! Agora os descritores da Prova aparecem nos planos de ensino"*.

Com relação à pergunta 4, que correspondeu ao seguinte questionamento: *"Como se dão as formações pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino?"*, evidenciamos que, dos quatro professores entrevistados, três mencionaram que essas formações são muito superficiais e não voltadas para a área da linguagem, como se pode ver no relato do Professor 2 *"Temos, em média, três formações continuadas por ano letivo. Em sua grande maioria elas não contemplam assuntos sobre linguagem. São muito abrangentes"*.

Com base nesses dados, conseguimos perceber que os professores da rede municipal de ensino do Município A têm conhecimento sobre os resultados e metodologias da Prova Brasil, e que todos adequam suas aulas a partir de alguns dos descritores presentes na avaliação nacional. Um ponto ainda "deficiente" é a formação pedagógica dos professores, que, como salientaram, não é voltada para a área específica.

Município B

Da mesma forma, faremos a análise das entrevistas realizadas com os docentes do Município B por pergunta. Esse município conta com cinco professores de Língua Portuguesa.

Com relação à pergunta 1, que correspondeu ao seguinte questionamento: *"Você sabe como são disponibilizados os resultados do desempenho dos alunos na Prova Brasil em seu município? Você tem acesso a esses resultados?"*, dos cinco professores entrevistados, todos responderam que acessam o resultado pela internet.

Já acerca da pergunta 2, que correspondeu ao seguinte questionamento: *“Uma vez ciente do desempenho dos alunos na Prova Brasil, você busca adequar suas aulas às habilidades requeridas nessa prova?”*, evidenciamos que, dos cinco professores entrevistados, três disseram não adequar suas aulas de acordo com as habilidades da Prova, nem depois dos resultados, como se pode ver no relato do Professor 5 *“Não, nunca busquei adequar. Nunca achei ser necessário”*

Sobre a pergunta 3, que era: *“Em relação aos relatórios da Prova Brasil, o que é cobrado nas provas consta nos planos de ensino?”*, dos cinco professores entrevistados, três apresentaram dúvidas em relação ao que constava nos planos de ensino das escolas, como se pode ver no relato do Professor 2 *“Quando comecei a trabalhar no município eu não peguei os planos da escola, então eu não sei se consta ou não”*.

Com relação à pergunta 4, que correspondeu ao questionamento: *“Como se dão as formações pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino?”*, dos cinco professores entrevistados, quatro apontaram a generalidade das formações pedagógicas, mencionando que muitas vezes não abordam assuntos realmente importantes, como se pode ver no relato do Professor 1 *“As formações pedagógicas costumam ser muito gerais, não contemplam assuntos sobre Português.”*

Analisando o que foi respondido pelos professores de linguagens do Município B, podemos constatar pouco envolvimento quando se fala na Prova Brasil. A grande maioria dos sujeitos respondentes de investigação apresentou dúvidas sobre o que consta nos planos de ensino das suas escolas, o que nos remete a um desequilíbrio das gestões ao que é dado em sala de aula. Salientamos, ainda, as formações pedagógicas que os professores desse município disseram ser irrelevantes, como se vê no relato do Professor 4 *“Temos duas formações por ano letivo, são sempre iguais, falam de tudo menos do que é realmente importante.”*

Com isso, podemos entender que os recursos de que as gestões dispõem não são aproveitados na sua totalidade, uma vez que o exame não é utilizado como fonte de dados para o ensino. Além disso, as formações

pedagógicas poderiam ser melhor desenvolvidas e, conseqüentemente, melhor aproveitadas.

Município C

Com relação à pergunta 1, que era: *“Você sabe como são disponibilizados os resultados do desempenho dos alunos na Prova Brasil em seu município? Você tem acesso a esses resultados?”*, todos os onze entrevistados disseram ver os resultados da Prova Brasil pela internet.

Já acerca da pergunta 2, *“Uma vez ciente do desempenho dos alunos na Prova Brasil, você busca adequar suas aulas às habilidades requeridas nessa prova?”*, dos onze professores entrevistados, oito disseram não adequar suas aulas às habilidades exigidas na Prova Brasil, conforme relato do Professor 11 *“Nunca busquei adequar minhas aulas às Provas ou resultados das Provas. Nunca tinha pensado nessa possibilidade”*

Com relação à pergunta 3, que correspondeu ao seguinte questionamento: *“Em relação aos relatórios da Prova Brasil, o que é cobrado nas provas consta nos planos de ensino?”*, vimos que, dos onze professores entrevistados, nove disseram que os planos de ensino das escolas não contemplam os descritores que a Prova Brasil apresenta, conforme relato do Professor 5 *“Os planos de ensino daqui são muito antigos e não contemplam esses descritores”*.

E sobre a pergunta 4, que era: *“Como se dão as formações pedagógicas dos professores da rede municipal de ensino?”*, evidenciamos que, dos onze professores entrevistados, sete ressaltaram a falta de formações específicas na área da linguagem, conforme o relato do Professor 4 *“As nossas formações pedagógicas são muito abrangentes, não temos formações específicas pra área da linguagem e isso faz falta”*.

Analisando as entrevistas feitas com os professores de Português da rede municipal de ensino do Município C, podemos constatar o mesmo problema dos outros dois municípios estudados: a formação continuada de professores pouco eficiente, especialmente na área de linguagens. Além disso, o descaso com o exame e sua metodologia de avaliação faz com que entendamos os resultados da prova deste município.

Tendo em vista essas considerações, percebemos que as ações dos gestores educacionais implicam diretamente no ensino. Como vimos neste estudo, o trabalho voltado para a compreensão leitora dos alunos pode refletir nos resultados dos certames. Esse aspecto vem ao encontro das ideias de Pereira e Lopes (2014, p. 12) ao assegurarem que, quanto mais a sociedade for instruída, maiores são as chances de o país se desenvolver. Com base nessa citação, podemos dizer que não fazer uso dos resultados que nos são apresentados é o mesmo que abster-se de evoluir e, com isso, estagnar a educação no nível em que ela está. Como podemos ver nas tabelas de resultados dos três municípios, melhorias precisam ser feitas para que os índices se tornem satisfatórios.

Quando falamos em melhorias, podemos considerar as formações pedagógicas que podem ser voltadas para o ensino das linguagens e proficiência leitora, bem como o uso dos relatórios como fonte de informação. Se medidas como essas, simples, porém relevantes, fossem tomadas, os alunos poderiam ter um melhor desempenho na sua compreensão leitora e com isso na sua compreensão de mundo. Solé (1998) salienta que ler é um instrumento útil para aprender significativamente. A leitura também contribui para que o indivíduo se constitua como cidadão.

3 O que fazer com os relatórios de resultados da Prova Brasil?

Depois de tomarmos ciência de como cada município age no que diz respeito ao exame Prova Brasil, verificamos que o ideal seria as gestões convidarem os professores para uma análise da prova em sua integralidade, o que poderia ser uma ação eficiente a ser desenvolvida, no sentido de dar retorno dos relatórios de resultados do exame nas escolas. A análise deve envolver o método de avaliação utilizado, os descritores e, por fim, as questões. Com a prova devidamente analisada e reconhecida, os professores poderão dar início ao planejamento de metodologias de ensino que deem conta das mesmas habilidades desenvolvidas na prova.

Além disso, o professor poderia, durante o ano letivo, utilizar a Prova como parâmetro trabalhando na perspectiva dos descritores utilizados na Prova Brasil. Assim, o exame poderia ser empregado para indicar caminhos para

novas aprendizagens. Com os relatórios em mãos, caberia, primeiramente, às gestões locais a análise dos resultados e posterior contato com as gestões escolares (corpo diretivo das escolas municipais). Após a análise de quais dificuldades os alunos tiveram, planos de ação deveriam ser desenvolvidos, como a realização de reuniões com professores para explicar os resultados e discutir o que pode ser feito em sala de aula para a efetiva melhora dos resultados.

Quanto às formações de professores, entendendo que os municípios têm que abranger todas as disciplinas e, por isso, não dão conta das especificações da área da linguagem, sugere-se que, mantendo a assiduidade de uma formação por trimestre, que pelo menos uma dessas formações aborde questões voltadas para as diferentes áreas do conhecimento. Ou então, como forma de economia de custos, os municípios próximos podem unir-se e organizarem formações conjuntas. Os municípios poderiam, por exemplo, realizar juntos, formações continuadas voltadas para áreas específicas. Assim os professores teriam formações pedagógicas realmente interessantes e relevantes e os gestores menores custos.

4 Considerações finais

Este artigo trata de uma pesquisa que objetivou pesquisar o método de gestão de resultados do certame em três municípios do Vale do Taquari. Mais especificamente, buscou-se analisar como as gestões municipais, no âmbito macro, e as gestões escolares, no âmbito micro, lidam com os resultados da Prova Brasil, e verificar se são feitas melhorias, no ensino da leitura, a partir do relatório de resultados de desempenho nessa prova.

Os resultados obtidos na prova do ano de 2015 com os 9º anos do Ensino Fundamental geram preocupação quanto às habilidades de compreensão leitora dos alunos. O Município A apresentou dificuldades já nos níveis medianos, revelando que os alunos possuem problemas em reconhecer sentidos de expressões e linguagem verbal e não verbal. Com isso, a escrita também fica prejudicada, uma vez que os alunos que não compreendem o que leem, também não terão uma escrita adequada e/ou criativa. Desenvolver a

leitura de diferentes gêneros e explorar diferentes abordagens sobre um mesmo tema, por exemplo, pode fazer com que esses resultados melhorem.

Convém referir que, conforme mencionado pela gestão da educação do município A, esses resultados foram anteriores às revisões e reestruturações feitas nos planos de ensino. Nessa adequação, os planos foram atualizados levando em consideração os descritores da Prova Brasil.

O Município B possui a dualidade em não obter taxas percentuais nos piores níveis, porém também não possui percentual nos níveis avançados. O desempenho dos alunos deste município é mediano, o que obviamente não é bom. Esse fato pode ser atribuído ao pouco engajamento em delimitar planos de ação que envolvam o uso dos relatórios da Prova Brasil, por parte dos gestores. Também podemos atribuir esse resultado ao fato de os professores não adequarem suas aulas aos descritores, e por não darem atenção aos resultados obtidos em exames anteriores. Se isso fosse feito, certamente os alunos poderiam ter melhores desempenhos em relação à leitura e, conseqüentemente, à escrita.

O Município C apresentou um resultado considerado insatisfatório, uma vez que os maiores índices de alunos estão entre os níveis 0 e 3. A capacidade que os alunos têm em localizar informações explícitas e identificar tema e assunto de um determinado texto faz com que sejam considerados abaixo da média. O percentual superior a 21% no nível 0 requer atenção especial, pois os alunos não demonstram habilidades mínimas de compreensão leitora. No nível 2 encontra-se uma parte significativa dos alunos 38,35%, o que significa que muitos não avançam em relação ao reconhecimento de pronomes e seus referentes, identificação da relação de causa e consequência ou na comparação entre textos de gêneros diferentes que abordam o mesmo tema. Essas habilidades estão contempladas no Nível 3.

Com essas considerações e análises feitas, podemos destacar alguns pontos, como o fato de todos os professores consultarem pela internet os relatórios de resultados, contudo, posteriormente a isso, não há uma discussão formal com as gestões educacionais para a contínua melhoria desses índices. Ainda cabe destacar o grande número de professores que afirmaram ter suas aulas adequadas aos descritores da Prova Brasil, o que não condiz com os resultados obtidos no exame. Também podemos ressaltar as formações

pedagógicas pouco convidativas quanto aos conteúdos específicos de cada disciplina, nesse caso na área das linguagens.

Quanto aos gestores educacionais, ficou evidente que não fazem uso dos relatórios de resultados recebidos. Além disso, percebeu-se que as formações continuadas abarcam todas as disciplinas de forma geral, o que acaba não contemplando assuntos relevantes sobre cada uma, no caso da Língua Portuguesa, a compreensão leitora, por exemplo.

Sendo assim, pode-se afirmar que gerenciar os resultados do exame de maneira a discuti-los buscando a melhoria do ensino da língua certamente é um passo importante, que requer nada mais do que diálogo entre professores e gestões. Como consequência, traríamos avanços significativos à aprendizagem da leitura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rita, **Teoria do Capital Humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ARAÚJO, Aloísio Pessoa de. **Aprendizagem Infantil: Uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva**; In: CUNHA, Flávio; HECKMAN, James, Capital Humano. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação** <<http://portal.mec.gov.br/>> acesso em: 20 de novembro de 2017.

COSCARELLI, Carla. V. **O ensino da leitura: uma perspectiva psicolinguística**. Boletim da Associação Brasileira de Linguística. Maceió: Imprensa Universitária, dez.1996. p. 163-174.

DIESEL, Aline. **Estratégias de compreensão leitora: uma proposta de atividades desenvolvidas sob a perspectiva das metodologias ativas de ensino**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 08 dez. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1198>>.

ELLIOTT, John. **A investigação-ação na educação. La investigación-acción en education**. Madrid.Ediciones Morata S.A. 1990.

GOODMAN, Kenneth. **Leitura: um jogo de adivinhação psicolinguística**. In: SINGER, Harry, RUDELL, Robert. Theoretical models and process of reading. Newark, DE: International Reading Association, 1976.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. 2º ed. Campinas, SP. Papyrus 1997. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

MORAIS, José. **Compreender mais e melhor**. In:_. Criar Leitores: para professores e educadores. Barueri: Manole, 2013.

PARO, Vítor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da; org. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 300-307.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2001, p. 107-110.

PAULA, Rodrigo Ribeiro. **Desempenho e habilidade dos alunos da 5ª série do Ensino Fundamental de Curitiba/PR – Prova Brasil 2011**. 2014, Universidade Federal do Paraná.

ROSA, Daiani Clesnei da. **As concepções de diretores escolares acerca da gestão educacional e da educação ambiental em escolas estaduais do Vale do Taquari/RS/Brasil**" 2016. Tese (Doutorado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 13 set. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1161>>.

SOLE, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**; Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 234p.